- Verificação de votação pelo sistema eletrônico.
* * *
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não havendo deputados, vou procalamar o resultado: 31 deputados votaram "sim", quórum insuficiente para que fosse aprovado. Estamos com votação adiada.
* * *
- Em atendimento ao Art. 203, § 6º, do Regimento Interno, o relatório de votação nominal está publicado no portal da Alesp, no endereço eletrônico https://www.al.sp.gov.br/alesp/votacoes-no-plenario/.
* * *
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária a realizar-se hoje, 10 minutos após o término da primeira sessão extraordinária, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:
* * *
- NR - A Ordem do Dia para a 24ª Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 23/06/2022.
* * *
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Está encerrada a presente sessão.
* * *
- Encerra-se a sessão às 16 horas e 51 minutos.
* * *

22 DE JUNHO DE 2022
24ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CARLÃO PIGNATARI
RESUMO
ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Abre a sessão.
2 - MÁRCIA LULA LIA
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
3 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Informa que deve dar resposta em momento oportuno. Noticia que há emenda de plenário ao PL 277/22, que retorna às comissões, restando adiada a votação.
4 - BARROS MUNHOZ
Para comunicação, faz pronunciamento.
5 - GIL DINIZ
Para comunicação, faz pronunciamento.
6 - VINÍCIUS CAMARINHA
Para comunicação, faz pronunciamento.
7 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Encerra a sessão.
* * *
- Abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.
* * *
- Passa-se à
ORDEM DO DIA
* * *
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.
A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputada.
A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Para apresentar uma questão de ordem.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não.
A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Sr. Presidente, eu formulo esta questão de ordem com a finalidade de obter de V. Exa. esclarecimentos acerca da aplicação do disposto no Art. 18, III, d, e do Art. 49 do Regimento Interno.
O presidente dos congressos, deputado Gilmaci Santos, anunciou a Ordem do Dia do Congresso de Comissões de Educação e Cultura e Finanças, Orçamento e Planejamento, e, após constatar a não existência de quórum, ficou declarada a impossibilidade da realização da reunião.
Importante consignar que a convocação da referida reunião se deu com o horário definido para as onze horas, e, quando da abertura da reunião, ao não constatar quórum, o presidente do congresso passou ao próximo congresso. Com isso, a reunião conjunta da CEC e da CFOP não poderia mais acontecer, salvo nova convocação pelo presidente da Alesp nos termos do Art. 18; III; d.
Ao arrepio do Regimento Interno, o presidente dos congressos, equivocadamente, ao final dos demais congressos, anunciou e abriu o Congresso da CEC, da CFOP, PL 658, de 2021, sem a devida convocação. Nos termos do Art. 18; III; d, atribuição privativa do presidente da Alesp.
Ademais, a reunião cuja convocação já não era mais válida, uma vez que não foi iniciada ao tempo certo, por não constatar quórum, não poderia, em hipótese alguma, ser aberta novamente.
A irregularidade foi apontada durante a reunião pelo deputado Enio Tatto, e o presidente persistiu no erro, dando seguimento à reunião sem quórum, sem convocação, eivando-a de nulidade insanável.
Isto posto, considerando que os fatos relatados contrariam o disposto no Regimento Interno, suscitamos a presente questão de ordem, indagando a V. Exa. sobre a regularidade da realização de reunião conjunta de comissões sem a regular convocação, nos termos do Art. 18; III; d, bem como o descumprimento do Art. 49 do Regimento Interno, e ainda a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento do Regimento Interno desta Casa.
Líder do Partido dos Trabalhadores. Deputada estadual Márcia Lia.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Vou receber a emenda, mas a senhora está correta na sua colocação. Foi um equívoco do deputado Gilmaci, ou porque não tinha, já tinha ido, tinha que ter uma outra convocação. Ainda bem que não conseguiu aprovar, e não abriu, senão ia ter que ser revista a decisão.
Então, está convocada para a próxima terça-feira, mas eu vou responder oficialmente isso, de acordo com o nosso Regimento sobre isso.
A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Perfeito. Muito obrigada. Eu vou protocolizar.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Proposição em regime de urgência. Discussão e votação do Projeto de lei nº 277, de autoria do deputado Vinícius Camarinha e outros.
Cria o programa de regularização de terras. Parecer nº 371, de 2022, da reunião conjunta de comissões de Constituição, Justiça e Redação; Atividades Econômicas; e Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.
Há sobre a Mesa emenda de plenário, com o número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 175, Inciso II, do Regimento Interno, pelo qual esse projeto retorna ao congresso de comissões.
O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, para uma comunicação.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputado Barros Munhoz.
O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Para uma brevíssima comunicação, deputado. Apenas para saudar, de uma maneira muito carinhosa, os vereadores já mencionados por V. Exa., Marquinho Germano, Tiago Damasceno e o popular Jacaré, do município querido de Casa Branca. Vereadores combativos, lutadores, e que ajudam a administração e batalham pelo progresso de Casa Branca. Deus abençoe vocês. Bem-vindos.
Obrigado, presidente.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputado Teonilio Lula.
O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - O senhor disse que projeto foi apresentado pelo deputado Camarinha e outros, o 277. O senhor poderia dizer quem são os outros?
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Tem aqui deputado Vinícius Camarinha, Carla Morando, Mauro Bragato e Itamar Borges.
O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Obrigado, presidente.
O SR. GIL DINIZ - PL - Pela ordem, presidente.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI- PSDB - Pois não, deputado Gil Diniz.
O SR. GIL DINIZ - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Cabe uma comunicação neste momento, presidente?
Presidente, o senhor me permite só agradecer, primeiramente, os deputados da Comissão de Educação e Cultura, que aprovaram hoje um projeto terminativo meu na comissão, colocando no calendário oficial do estado de São Paulo, o dia de Nossa Senhora de Fátima.
E dar ciência à Casa, mais uma vez, de uma decisão do Tribunal de Justiça sobre a questão do Museu da Diversidade, onde este deputado entrou com uma ação popular e nós conseguimos suspender o contrato de 30 milhões.
O secretário de Cultura veio a esta Casa, em uma comissão virtual onde eu não pude rebatê-lo. E disse, entre outras coisas, que o processo foi movido por preconceito, entre outras coisas mais.
Hoje, saiu mais uma decisão do Tribunal de Justiça, e eu leio aqui só um trecho, da nobre juíza que determinou o seguinte: "Assim, atribuir a decisão impugnada ao fechamento do museu é absolutamente incorreto e beira a má fé.
Assim como atribuir a discussão técnica, ora travada a questão de cunho ideológico que não encontram qualquer espaço nos motivos que fundamentam a decisão liminar mantida pelo TJ SP.
Igualmente sem sucesso, a tentativa de imputar o acolhimento dos pedidos ora formulados como única forma de evitar prejuízos ao museu, ao seu acervo e a preservação da respectiva história. Uma vez que, conforme é notório, a Secretária de Cultura evidentemente dispõe de outras vias administrativas para a manutenção e conservação mínima do local."
Dando ciência aos pares, estou verificando com a minha assessoria um pedido de impedimento do secretário Sá Leitão, que veio à Comissão de Educação e Cultura e mentiu à essa Casa, imputando preconceito a esse deputado.
Enquanto, é uma questão técnica que o próprio tribunal de justiça está reconhecendo e dizendo que o secretário age de má fé com esse parlamento e com todo o povo de São Paulo.
E obviamente, com a comunidade LGBT, que está vendo o museu fechado, mas não por este deputado, porque o Governo do Estado de São Paulo não quer manter esse museu aberto. Porque, assim como a juíza determinou, a Secretaria de Cultura tem os meios necessários para manter o serviço aberto.
Então, como o secretário veio à esta Casa e mentiu descaradamente para os deputados, eu vou entrar com um pedido de impedimento desse secretário. E obviamente, os processos civis cabíveis nesse momento.
Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigado, deputado Gil Diniz.
O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputado Vinícius Camarinha.
O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Só para informar, salvo engano o deputado Teonilio Barba, que perguntou quem eram os coautores do projeto.
Hoje, pela manhã, mais três deputados se manifestaram para, conjuntamente, assinar o projeto com os demais colegas. O deputado Madalena, Sebastião Santos e Reinaldo Alguz.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI- PSDB - Não chegou, assim que chegar será incluído no texto do projeto.
Não havendo mais nada a tratar, está levantada a presente sessão.
* * *
- Encerra-se a sessão às 17 horas e 8 minutos.
* * *

23 DE JUNHO DE 2022
62ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA, CARLOS GIANNAZI e GIL DINIZ
RESUMO
PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
4 - CORONEL TELHADA
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - ADRIANA BORGO
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Menciona o trabalho de Fábio Jabá, presidente do Sifuspesp, para a aprovação da PEC 02/22.
7 - ADALBERTO FREITAS
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - GIL DINIZ
Assume a Presidência.
9 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
12 - PRESIDENTE GIL DINIZ
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 24/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 16 horas e 30 minutos. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.
* * *
- Passa-se ao
PEQUENO EXPEDIENTE
* * *
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de assinaturas de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente na data de hoje, dia 23 de junho de 2022, quinta-feira.
Pequeno Expediente. Oradores inscritos: deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.)
Deputada Delegada Graciela. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.)
Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputada Letícia Aguiar. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. Falarei depois. Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.)
Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o tempo regimental.
O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia, hoje vai ser, provavelmente, um dia histórico aqui na Assembleia Legislativa porque vamos aprovar a PEC que regulamenta a lei federal, a PEC da Polícia Penal, que vai reconhecer os servidores do sistema prisional como policiais penais, que é uma antiga reivindicação da categoria.
Depois de um amplo movimento, de um acampamento na frente da Assembleia Legislativa, uma grande mobilização feita, sobretudo, pelo Fórum Penitenciário, o governo resolveu encaminhar a PEC, embora já tivéssemos duas PECs aqui, a PEC nº 1, que eu encaminhei com a assinatura de diversos deputados, e a PEC nº 4 também, que foi protocolada pelo Delegado Olim.
Nós assinamos as duas, inclusive, mas toda essa movimentação e também a pressão de vários deputados, do deputado Telhada, que fez pressão para que a PEC fosse enviada à Assembleia Legislativa.
Toda essa movimentação fez com que o governo, logicamente, encaminhasse a PEC para a Assembleia Legislativa. E há um acordo para que ela seja votada hoje. Então nós esperamos que dê quórum. Acho que já tem quórum, não é, Sr. Presidente?
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Tem 59 assinaturas.
O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Então deu. Então nós vamos conseguir dar o quórum hoje e aprovar. E já faço um apelo aqui para que nós possamos fazer o mesmo com o PDL 22, o projeto de decreto legislativo que acaba com o confisco das aposentadorias e pensões.
O nosso PDL está mais fácil ainda, Sr. Presidente, porque nós só precisamos de 48 deputados e deputadas presentes no plenário e apenas 25 votos - só isso - a favor, porque é maioria simples a votação pelo Regimento. A PEC é mais difícil, porque a PEC pressupõe inclusive duas votações, mas o PDL não.
O PDL é o mais fácil de todos. Então as condições já estão dadas; o PDL já foi aprovado em todas as comissões. Ele foi e voltou, porque ele foi golpeado. Mesmo assim ele voltou novamente aqui para a pauta porque ele já está liberado com parecer favorável. Inclusive V. Exa., deputado Coronel Telhada, deu parecer no congresso de comissões e ele está pronto para ser votado em regime de urgência.
Essa é a situação hoje do PDL 22. Um instrumento que nós temos aqui, um instrumento legislativo da Assembleia Legislativa que revoga, que anula, que coloca um fim ao confisco, ao roubo e ao assalto das aposentadorias de milhares de pessoas, que repito: são hoje credoras do Estado e não devedoras.
Elas contribuíram com o seu regime previdenciário no passado, o antigo Ipesp, hoje São Paulo Previdência, mas estão sendo tungadas, golpeadas, vítimas de um estelionato do governo Doria/Rodrigo Garcia, que impôs, inclusive de uma forma covarde, esse confisco no meio da pandemia, em meados de julho de 2020.
Com as pessoas morrendo o governador teve a coragem de editar um decreto confiscando, retirando a comida, o alimento, o remédio, o tratamento médico de mais de 500 mil pessoas do estado de São Paulo, dos pequenos, Sr. Presidente, porque é disso que se trata.
Hoje nós temos uma média salarial de três mil reais no máximo, que é a média desses servidores que estão sendo penalizados, que ganham abaixo do teto do INSS. Então de uma forma covarde, cruel e perversa - isso faz parte do DNA do PSDB - ele editou o Decreto nº 65.021.
E o PDL que eu apresentei, revoga, anula exatamente esse decreto e aí nós vamos ter o fim desse confisco das aposentadorias e pensões. Então é importante que Assembleia Legislativa pressione o governo para que a gente possa fazer a votação aqui na Assembleia Legislativa.
Esses dias, Sr. Presidente, numa conversa a Margarida, que é diretora da Assetj, interceptou o governador Rodrigo Garcia e pediu para ele revogar o decreto.
Ele falou: "Eu estou estudando uma forma jurídica de resolver isso". Eu falei: "Mas é tão simples estudar uma forma jurídica. Só tem duas formas jurídicas de resolver. Uma é aprovando o PDL 22 aqui na Assembleia Legislativa, que está pronto para ser votado. A outra é ele editar um decreto, publicar no Diário Oficial revogando o Decreto nº 65.021".
Então já aqui dei uma consultoria para o Rodrigo/Doria, o governador do estado de São Paulo. Se ele tem algum interesse real, as condições jurídicas já estão dadas para que ele faça a revogação do Decreto nº 65.021. É isso, Sr. Presidente.
Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Deputado. O próximo deputado é o deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Roberto Morais. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Alex de Madureira. (Pausa.)
Por favor, deputado Giannazi, solicito que V. Exa. assuma a Presidência. Pela lista suplementar, nós temos o deputado Castello Branco. (Pausa.) Em seguida, já farei o uso da palavra com o deputado Giannazi assumindo aqui a Presidência desta sessão.
* * *
- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.
* * *
O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores inscritos, tem a palavra o deputado Coronel Telhada, que fará uso regimental da tribuna.
O SR. CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, deputado. Boa tarde a todos, todos os assessores, funcionários, ao deputado Giannazi, à deputada Adriana, ao deputado capitão Conte Lopes, aos nossos, às nossas - hoje nós temos três policiais femininas aqui e também temos um tenente da Polícia Militar -, aos nossos policiais militares, aos nossos policiais civis, todos ali que estão sendo cumprimentados pelo capitão Conte.
Hoje é quinta-feira, dia 23 de junho. Quero aqui me juntar às palavras do meu antecessor dizendo que nós votaremos hoje. Já temos 60 assinaturas para votarmos a PEC nº 2, uma PEC do governador.
Há aqui o apoio maciço dos deputados para que ela seja aprovada, tanto é que já está até no acordo, não é, deputado? Nós faremos, se Deus quiser, a aprovação dessa PEC hoje.
Ela é de extrema necessidade para melhorar a nossa Segurança Pública, e também a SAP terá o nosso reconhecimento, o reconhecimento legal como polícia penal no estado de São Paulo.
Eu falo, eu sou muito crítico, nós somos críticos quanto ao governo, mas não podemos deixar de neste momento agradecer o governador Rodrigo Garcia por essa PEC, lembrando que a documentação original era do deputado Delegado Olim, nós não podemos deixar de citar o nome do Olim, que foi um batalhador nessa causa.
Mas todos os demais deputados também participaram em conjunto nessa vitória: o deputado Giannazi, o deputado Conte, a deputada Adriana, eu mesmo, em várias posições, várias intervenções nossas, nós sempre falamos na PEC nº 2 aqui.
Então finalmente teremos aqui um anseio realizado dos nossos queridos amigos da SAP, e vai ser uma vitória muito mais do que justa. Então parabéns a todos os que lutaram por essa conquista. Não posso deixar de falar no PDL nº 22, uma luta hercúlea do deputado Giannazi. Eu posso dizer que sou amigo do Giannazi - nós temos as nossas diferenças ideológicas, é normal, isso é democrático.
Mas quando se fala em direitos do cidadão, direitos do funcionalismo, nós estamos sempre irmanados aí nessa conquista. O PDL nº 22 é uma conquista, é uma retomada de direitos que foram tomados dos funcionários públicos.
Eu tive o prazer de ser o relator dessa PEC na reunião, no Congresso de Comissões, que inclusive era para não passar. Eu fui até orientado a votar contra a PEC, e nós jamais votaremos aqui contra o nosso funcionalismo. Fui muito criticado pelo relatório, por ter apoiado o vosso PDL, mas sabe que pode contar com o nosso apoio.
Solicitamos que esse PDL venha aqui, sim, a plenário, para votação, porque é urgente essa aprovação, a necessidade do nosso pessoal, que já tem um salário muito defasado, com muitos problemas. É necessário que esse PDL venha a plenário para ser votado aqui pelos Srs. Deputados.
Pois bem, quero falar em assuntos relativos a segurança. Nós tivemos uma ocorrência no interior de São Paulo, mais especificamente em Piracicaba. Tem uma imagem.
* * *
- É exibida a imagem.
* * *
Um indivíduo matou três pessoas dentro de um ônibus. Pode pôr a foto na tela inteira, acho que fica melhor para visualizar, por favor. Matou três pessoas dentro de um ônibus, armado com uma faca. E nessa foto aí nós temos uma policial militar feminina e um policial militar, os dois armados. Inclusive, a policial está apontando a pistola para dentro do ônibus.
E o incrível, capitão Conte, o senhor, que é patrulheiro no espírito, como eu sou também, a gente ouvir uns idiotas - é que nunca sentaram a bunda em uma viatura, nunca viram um ladrão de frente, vir criticar a ação da PM dizendo: "Que absurdo, onde já se viu apontar uma arma? O cara está armado de faca". Eu falo: se um cara está armado de faca e vier para cima de mim, dou um tiro no meio dos olhos do safado. Dou na cabeça, para derrubar o pilantra mesmo.
Alguém aqui já viu o ferimento de faca o que faz? Se você tomar uma facada na barriga, a buchada, como falam... a buchada sai toda para fora. É um ferimento horrível, pior do que ferimento de arma de fogo.
Então, tem que apontar arma, e se o cara vier para cima tem que dar tiro para matar o canalha mesmo, porque esse canalha aí, com 52 anos, "ah, ele é doente, é tal...", dane-se, matou três pessoas, matou três inocentes por causa da sua canalhice.
Então, a Polícia anda armada para usar essa arma. Então parabéns aos policiais que estiveram nessa ocorrência. Infelizmente, três vítimas fatais resultaram disso aí.
Outra coisa, só para terminar, Sr. Presidente, relacionada à Segurança Pública, aconteceu nessa semana uma queda de um parapente, aquelas velas com motor, que o cara vai sentado, tipo de um carrinho que voa, tal.
Tem um motor, uma hélice na traseira, enfim, é um paraplano, é semelhante a um parapente. Lá em Aparecida de Goiânia, em Goiás. O piloto, Marcelo Nunes Rodrigues, morreu. Tinha 52 anos de idade, e ele morreu porque a aeronave caiu e pegou fogo. Então ele morreu não só por causa da queda, mas com o corpo queimado também.
E existe um vídeo rodando, inclusive na internet, passou na televisão esse vídeo, o que derrubou esse piloto foi uma linha de pipa, infelizmente uma pipa com linha de cerol, cortou todas as linhas do paraplano. Com isso, ele caiu na vertical e o tanque de combustível estourou, e como o motor estava quente, ele teve o corpo parcialmente carbonizado.
Então nós aqui, diariamente, temos história de pessoas que são amputadas, são mortas, motociclistas. Pessoas, transeuntes na calçada são mortos por linhas de quadrado, linhas de pipa, cerol, linhas cortantes, linhas que promovem aí ferimentos horríveis.
E eu quero lembrar todos aqui - inclusive isso foi citado na televisão ontem - que nós temos uma lei no estado e São Paulo. É a Lei 17.201, de 2019, uma lei de nossa autoria aqui, que proíbe não só a fabricação, mas a venda dessas linhas cortantes, essas linhas tipo cerol, porque isso é um crime, tem matado e amputado vida de muitas pessoas aí.
E esse cidadão aqui infelizmente, imaginem, o cara voando, a linha do quadrado cortou todas as linhas do parapente, o cara caiu de uma vez só, não só pela altura, mas por causa do fogo, acabou morrendo.
Então nós pedimos aqui uma... à Secretaria de Segurança Pública, às prefeituras que fiscalizem a venda e o uso desse tipo de linha cortante. Ok? É necessário, porque pessoas estão morrendo por causa disso.
Infelizmente nós perdemos mais dois homens da Polícia. Quero aqui citar a morte do policial militar, o sargento Adilson Souza Lopes, de 48 anos, que estava aposentado desde 2016.
Ele foi morto numa abordagem com dois criminosos, numa moto, e atingido por disparos de arma de fogo quando chegava, no carro dele, aonde ele trabalhava, que mesmo aposentado o policial militar tem que continuar trabalhando. E ele foi morto, tomou tiros na região do tórax.
Os criminosos fugiram e apesar de socorrido ele não resistiu e veio a óbito. Então, infelizmente, o 3º Sargento Adilson Souza Lopes, de 48 anos, perdeu sua vida na mão de criminosos.
Na mão de criminosos também morreu um policial civil, no último domingo, lá em São José dos Campos. É o Jesse de Souza Rocha. Ele já estava quase completando os 30 anos de serviço, tinha 57 anos de idade.
Ele atuava no 3º DP de São José dos Campos, estava na Delegacia da Infância e Juventude. Ele estava com a esposa num estabelecimento, parece no supermercado, vi até as imagens desse..., não sei se vocês viram essas imagens fortes, pesadas.
Ele estava na porta, esperando a esposa dele, e os criminosos vieram para roubar, três, quatro criminosos, e ele reagiu a esse roubo, porque os caras vieram para cima dele também, ele estava armado, ele reagiu a esse roubo e foi morto pelas costas, bem coisa de ladrão, canalha, vagabundo mesmo. O Jesse de Souza Rocha, policial civil, morto lá em São José dos Campos, nossos sentimentos a toda a família e a todos os amigos da Polícia Civil.
E, para fechar, hoje, dia 23 de junho é o dia do aniversário do município de Jacupiranga. Um abraço aos amigos e amigas da querida cidade de Jacupiranga.
Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe o tempo excedido.
O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente na lista suplementar, com a palavra, a deputada Adriana Borgo.
A SRA. ADRIANA BORGO - AGIR - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos, a todas, meus colegas parlamentares, Sr. Presidente, deputado Carlos Giannazi. Hoje, é um dia de festa aqui na Assembleia Legislativa. Depois de tantas lutas, não só pelos ASPs, pelos AEVPs, o sistema prisional em festa: Polícia Penal será aprovada.
Eu quero parabenizar os senhores que acamparam aqui na frente, que vieram aqui e deram suas caras a tapa, que saíram do conforto da internet, que foram, várias vezes, nos manifestos. Parabéns, vocês merecem. Que seja um começo da valorização que todos os senhores merecem.
Eu gostaria de soltar um vídeo para mostrar um pouquinho. Deputado Carlos Giannazi, meu grande parceiro nessa luta, muito obrigada. Essa PEC Penal é do senhor também, é nossa, de todos que nos dispusemos a lutar por essa causa tão nobre. Algumas das imagens da nossa luta pela Polícia Penal.
* * *
- É exibido o vídeo.
* * *